



“Questão do juiz das garantias pode ser revolido até a próxima semana” - Pág. 3



DEIXANDO LEGADO

Mauro Mendes pode entrar para história de Mato Grosso como a melhor gestão

Mauro Mendes elevou o nível do estado destacando avanços e objetivos para as principais áreas do Governo durante a gestão - Pág. 5



BIG BROTHER URBANO



Cuiabá ganha mais 3.932 câmeras de vigilância do programa Vigia Mais MT

Os investimentos chegaram a R\$5,6 milhões e vão reforçar o sistema de segurança pública na Capital coordenado pelo Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp) - Pág. 8

GOLPE DO LATIFÚNDIO

Assentamento “privatizado” por latifundiários em Mato Grosso será retomado pelo Incra



O Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Itanhangá, instalado no município de Tapurah (429 km de Cuiabá), vai ser retomado em grande parte pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O assentamento, que teve mais de 90% de sua área de 115.035,00 hectares literalmente transformado em grandes fazendas por grupos formado por cerca de 80 grandes produtores rurais e grileiros profissionais, é alvo de uma Ação Judicial impetrada na Justiça Federal para reintegração de posse em favor da União por meio do Incra. O processo foi protocolado no último dia 18 em Cuiabá.

A ação é resultado do trabalho em equipe realizado pela Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia Geral da União (AGU) com base em investigações realizadas pela Polícia Federal ao longo de 10 anos a partir da Operação Terra Prometida. As investigações que apurou vários tipos de crimes no Projeto de Assentamento Itanhangá foi deflagrada em 2010 e culminou, em novembro de 2014, na Operação Terra Prometida. [Leia mais na página 7](#)

AÇÃO SOCIAL

Rede Feminina de Combate ao Câncer recebe R\$ 51 mil arrecadados no bazar solidário



A primeira-dama Marcia Pinheiro, juntamente com a Secretária Municipal da Mulher, Cely Almeida, repassou à Rede Feminina de Combate ao Câncer R\$51 mil arrecadados na 3ª edição do Bazar Solidário Social. A cerimônia de entrega foi realizada na quinta-feira, 22, no auditório da Secretaria Municipal da Mulher.

A entidade sem fins lucrativos, beneficiária da edição de 2023 do Bazar Solidário, existe há mais de 30 anos e é referência no atendimento socioassistencial de pacientes carentes com diagnóstico de câncer. [Leia mais na página 4](#)

DEU CHABÚ

Impopularidade e processos judiciais detonam pré-candidatura à prefeitura de Cuiabá de Fábio Garcia

Pág. 5

CHARGE DA SEMANA

BATE-BOCA NA CAPITAL...

Popular



Giovana Fortunato
Ginecologista e obstetra

Segundo a SES em Mato Grosso apenas o Hospital Universitário Júlio Müller, em Cuiabá, e a Santa Casa de Rondonópolis (212 km da Capital) afirmaram estarem preparados para realizar o aborto legal



Aborto legal e saúde pública

Apesar de legalizado em casos de estupro, risco à vida da gestante e fetos anencéfalos, a falta de informação e o preconceito dificultam o acesso de mulheres e pessoas com útero ao abortamento.

Seja devido a recentes decisões judiciais (como a do Superior Tribunal de Justiça, que entendeu que médicos não podem denunciar pacientes que abortaram fora da previsão legal) ou a atos organizados pela sociedade civil em defesa dos direitos das mulheres, o aborto voltou ao centro do debate público.

De forma simplificada, o aborto consiste na interrupção da gravidez, com a remoção ou expulsão de um embrião ou feto do útero. Isso pode acontecer de forma espontânea (ou natural), quando independe de qualquer intenção da gestante, ou artificial, quando o fim da gravidez é intencionalmente provocado, seja por meio de medicamentos ou cirurgia. Em caso de abuso sexual o tempo limite são de 20 ou 22 semanas ou feto menor que 500 gramas.

Como regra geral, no Brasil o aborto é crime previsto nos artigos 124 a 126 do Código Penal, exceto em três ocasiões: gravidez por estupro, casos que coloquem em risco à vida da mulher e de fetos com anencefalia (ausência ou má formação do sistema cerebral). Esta última ressalva foi garantida por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012.

Atualmente, estão em discussão pelo menos outras duas propostas que visam a descriminalização, ainda que parcial, do aborto pela via judicial. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, que tramita no STF desde 2017 e prevê a descriminalização do aborto voluntário até o terceiro mês de gestação, e a ADPF 989, de 2022, que discute justamente a dificuldade de acesso das mulheres ao aborto legal. Os processos, no entanto, não têm data para serem julgados.

O grande debate hoje em torno do aborto no contexto brasileiro, segundo as especialistas, é que embora exista previsão legal para que o procedimento seja realizado, milhares de mulheres não conseguem acessá-lo, seja pela ausência de unidades hospitalares próximas que oferecem o serviço, pelo preconceito e despreparo dos profissionais da saúde, pela falta de informação sobre os direitos das mulheres ou a própria violação deles.

Nos casos de aborto legal, o procedimento deve ser disponibilizado gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas isso não significa que todas as unidades hospitalares públicas



Foto: Licenciada Adobe Stock

fazem o serviço.

Segundo a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde, o Código Penal não exige qualquer documento para a prática do abortamento em casos de violência sexual e a mulher não é obrigada a noticiar o fato à polícia.

Novos estudos mostraram que 1 em cada 7 mulheres, com idade próxima aos 40 anos, já fez pelo menos um aborto no Brasil. Metade das mulheres (52%) o fizeram antes de completar 19 anos. Conforme a pesquisa, as que mais realizam um segundo abortamento são as mulheres negras, com algum grau de vulnerabilidade social ou pobreza, e a ocorrência de dois abortos ou mais está presente em 1 em cada 5 mulheres (21%).

É necessário um longo caminho para que a gente consiga falar abertamente sobre direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Outra vertente que preocupa muito são as complicações do aborto clandestino como: infecção, hemorragia, infertilidade, perfuração do útero, infecção generalizada e risco de vida para essa mulher até morte materna. O acolhimento e atendimento multidisciplinar é fundamental para essas mulheres que procuram assistência médica para realizar o aborto legal nos centros de referência.

As instituições segundo a SES em Mato Grosso apenas o Hospital Universitário Júlio Müller, em Cuiabá, e a Santa Casa de Rondonópolis (212 km da Capital) afirmaram estarem preparados para realizar o aborto legal.

Para isso, conforme descreve a legislação, não é preciso apresentar um boletim de ocorrência ou decisão judicial. Na teoria, em casos de estupro, apenas a palavra da vítima e a avaliação do médico são suficientes. Em casos de anencefalia ou risco de vida à gestante, é preciso de um laudo de dois médicos especialistas que assegurem as condições.

É fundamental, por fim, reconhecer que a qualidade da atenção almejada inclui aspectos relativos à sua humanização, treinando profissionais, dependendo dos seus preceitos morais e religiosos a preservarem uma postura ética, garantindo o respeito aos direitos das mulheres.

Giovana Fortunato

é ginecologista e obstetra, docente do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia do HUIJM e especialista em endometriose e infertilidade no Instituto Eladium

EDITORIAL

Empreendedorismo e Extinção dos Empregos

Os dados divulgados a semana passada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Mato Grosso (Sebrae/MT) sobre o avanço do número de micros e pequenos empreendedores individuais no estado foi alegremente comemorado pelo empresariado e por autoridades ligadas à Fazenda Pública e aos setores industrial e comercial. A notícia é, de fato, digna de comemoração a julgar apenas pelos números.

Segundo Sebrae/MT, entre janeiro e maio deste ano, mais de 28 mil microempreendedores individuais (MEI's) foram inscritos no Estado. Os números mostram um crescimento de 3,7% no número de novos negócios em 2023, ante o mesmo período do ano passado, quando foram registradas 27 mil MEIs.

Esse crescimento tão aplaudido e comemorado trás camuflada uma outra realidade que é o oposto da mística de que ter o próprio negócio é o segundo maior sonho do brasileiro. O primeiro sonhos seria ter a casa própria. A verdade por trás desses números de novos empreendedores individuais é que o brasileiro vive o horror cotidiano da falta de perspectiva de encontrar a segurança de um emprego formal, com carteira assinada, salário decendente e direitos trabalhistas respeitados.

No mesmo período em que as taxas de inscrições dos micro e pequenos empreendedores crescia estes 3,7%, o IBGE anotava em suas pesquisas uma nova arrancada nas taxas de desemprego em todo o país, registrando um aumento de nada menos que 8,8% na taxa de desocupação da mão de obra ativa.

Ou seja, em termos absolutos de desocupados no Brasil, a alta foi de 10% em comparação ao trimestre imediatamente anterior, tendo chegado o contingente de desempregados a casa dos 9,4 milhões de pessoas.

Estes são os números que explicam, de fato, porque tanta gente vem buscando "empreender" no Brasil, e por consequência, em Mato Grosso, especialmente nos últimos oito anos, período em que a classe trabalhadora do país amargou uma radical abolição de direitos trabalhistas, um profundo arrocho salarial cul-

minado ainda por cima pela pandemia de Covid 19 que, além de causar a morte de mais de 700 mil pessoas, ajudou a pulverizar milhões de vagas de trabalho formal em todo o Brasil.

Longe de ser solução para a crescente pobreza de contingentes cada dia maiores da população brasileira, o empreendedorismo individual, tal como ele ocorre no Brasil, precisa ser olhado como um alerta da grave fragilização da economia nacional. Os números do empreendedorismo individual, denunciam estúpidos do mercado de trabalho e da economia, trazem por trás de si, seres humanos em estado de quase desespero. Gente que perdeu o emprego, que está colocando parcos recursos de suas economias, de empréstimos ou da venda de algum bem para "abrir um negócio" sem qualquer garantia de que dará certo, que terá sustentabilidade, que lhe dará retorno e não dívidas, jornadas extenuantes ou uma grande dor de cabeça com as autoridades fazendárias dali a alguns poucos meses.

Antes de se comemorar euforicamente os números frios desse "surto" capitalista tardio nessa massa populacional, as autoridades deveriam se debruçar sobre as causas da acelerada queda nas ofertas de empregos qualificados pelas empresas já consolidadas no mercado, sobre as causas da precarização das relações de trabalho que se impõe com a "uberização" de muitas atividades de serviços e começar a se preocuparem com as consequências do avanço predatório das tecnologias de automação e auto serviço que as megacorporações estão disseminando mundo afora.

O cenário que se desenha no horizonte do médio prazo é o da desertificação dos postos de trabalho em grande parte das atividades de serviços. Em outras palavras: os empregos serão extintos e não haverá mercado e nem economia no mundo suficiente para garantir a sobrevivência de tantos milhões de "empreendedores individuais" que vão surgir da noite para o dia.

Maykom Milas

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL 3052-6030 / 3052-6031

DIRETORA FINANCEIRA Thayla Moraes

FOTOS Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE Kleber Simioni

CHARGE Fred

PAUTA redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA
FOGO

RACHA BOLSONARISTA

O racha no Partido Liberal (PL) em Mato Grosso é cada vez maior e mais visível. Definitivamente, o senador Wellington Fagundes, o deputado federal José Medeiros, Abílio Brunini e outros Bolsonaroistas mais radicais não bebem café do mesmo bule. Os Bolsonaroistas extremados não engolem as seguidas iniciativas de Fagundes de se aproximar do Governo do Presidente Lula. Essa franca divisão no PL tende a comprometer o desempenho do partido nas eleições municipais do ano que vem, notadamente em Cuiabá e nas cidades polos do estado. Wellington e Medeiros têm bases eleitorais em Rondonópolis (212 km ao Sul de Cuiabá), o terceiro colégio eleitoral. Como presidente regional do PL, o senador tem o controle da legenda e, em última instância, pode gerar um expurgo no partido. Hoje, as duas alas do PL mato-grossense ciscam pra fora e ninguém fala a língua de ninguém.

OLHOS FECHADOS



O deputado federal Coronel Assis, vem tentando capitalizar a sua condição de membro suplente da CPI do MST de forma desesperada. Um típico caso de raposa sentando em cima do rabo para falar mal do rabo dos ratos. Ex-comandante da Polícia Militar de Mato Grosso tem feito de conta que não sabe nada sobre os casos de PMs do estado que se passam por "sem-terras" para gerar fake news contra o MST. Nos últimos meses, foram nada menos que quatro casos de falsificação de "ocupações" promovidos por PMs. É de se perguntar se o coronel deputado só está se fazendo de cego ou é mais um aproveitador tentando enganar eleitores desavisados...

PROMOTOR LIBERA MISONIA



O promotor Marcos Regenold pediu o arquivamento da Notícia de Fato instaurada para apurar, no âmbito criminal, possível prática de "discriminação contra mulheres e/ou por desobediência aos deveres inscritos na Constituição do Estado", cometida pelo deputado Gilberto Cattani (PL) que comparou as mulheres às vacas. O promotor admitiu que o deputado utilizou termos, expressões e comportamentos que sinalizam desprezo pelo gênero feminino, porém, que tal atitude se enquadraria como tão somente uma manifestação misógina. "A conduta adotada pelo parlamentar, muito embora seja repulsiva, não traduz a ocorrência de crime", alegou Marcos Regenold. Tá aí, se depender desse promotor, tá liberado ser misógino e esculhambar as mulheres em público e privado! Para quê serve mesmo o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)?

"ROMBO HIPOTÉTICO"?



As mais de 160 mil multas no valor de R\$ 8 milhões, perdoadas por ex-presidentes do Detran-MT em 2014, foram consideradas um "rombo hipotético" pela juíza Célia Vidotti, da Vara Especializada em Ações Coletivas. A decisão foi publicada na quarta-feira, 21. A magistrada decidiu inocular os ex-presidentes do Departamento Estadual de Trânsito (Detran/MT), Teodoro Moreira Lopes, conhecido como Dóia, Giancarlo da Silva Lara Castrillon e Eugênio Ernesto Destri, bem como a empresa Amplus Gestão e Tecnologia Ltda ao considerar impropriedade a denúncia do Ministério Público no chamado "Escândalo do Detran" que chegou a resultar na prisão de Dóia. Para a juíza, faltaram provas cabais de que os contratos firmados sem licitação com a Amplus Gestão e Tecnologia Ltda continha sobrepreço, acarretaram desvio de recursos públicos ou mesmo, enriquecimento ilícito dos envolvidos.

PASSANDO A BATATA QUENTE



A deputada Janaina Riva (MDB) passou adiante a "batata quente" da presidência da Comissão de Ética que apura as atitudes desrespeitosas do deputado Gilberto Cattani ao atacar as mulheres e compará-las às vacas quando grávidas. A parlamentar está se licenciando do mandato e entregou a presidência da comissão para o colega Max Russi (PSB). Nos trabalhos legislativos em plenário e demais comissões, seu substituto será o suplente Silvano Amaral (MDB). Janaina Riva deve retornar apenas depois do recesso parlamentar, quando a questão de Cattani já terá sido analisada pela comissão de ética. A deputada defendeu punição "branda" para o colega. Ao que parece, ela já o perdoou pelas ofensas...

MINISTRO GILMAR MENDES (STF)

“Questão do juiz das garantias pode ser revolido até a próxima semana”

Foto: Divulgação



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que é nascido e tem família na histórica cidade de Diamantino (182 km de Cuiabá), é um dos mais atuantes membros daquela corte e, dentre todos, o mais aberto à manifestar publicamente suas opiniões sobre os mais relevantes e polêmicos temas. Em visita ao Estado, onde participou de uma agenda junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o ministro não se furtou em falar sobre alguns temas “quentes” que agitam a política e o Judiciário brasileiros. Durante entrevista para o jornal Centro-Oeste Popular, o ministro revelou, por exemplo, que é a favor da implantação do Juiz de Garantias e defendeu que a Amazônia Legal seja compensada economicamente pelos serviços ambientais de preservação do ecossistema. Leia abaixo os principais pontos da entrevista do ministro.

“ Reafirmo que é preciso encontrar também meios e modos de compensar a Amazônia [por sua preservação] ”

Lucas Leite | Da Redação

COPopular - O que o senhor pensa sobre esse projeto que propõe criminalizar a discriminação de pessoas "politicamente expostas", como políticos, ministros do Poder Judiciário e detentores de cargos comissionados?

Gilmar Mendes - Eu não li ainda o texto de modo que não estou habilitado a emitir nenhum juízo sobre essa matéria. Espero conhecer nos próximos dias para depois me posicionar. Por enquanto, não estou a par disso, por isso não vou emitir um juízo sobre esse tema.

COPopular - Como o senhor tem analisado as iniciativas dos tribunais de justiça boje, que vem atuando mais de maneira pedagógica e buscando aproximação com os jurisdicionados?

Gilmar Mendes - Penso que é sempre bom! Acabei de sair de um fórum no Tribunal de Justiça de Mato Grosso promovido pelo CNJ | a VI Jornada de Direito da Saúde realizado entre os dias 15 e 16 de junho no TJMT| sobre saúde e temos defendido que tanto quanto possível, devemos dialogar e buscar o desenvolvimento de políticas públicas de forma cooperativa. No evento, falei exatamente sobre isso, que a nossa busca deve ser pela melhoria da política pública, da funcionalidade das instituições e das suas relações com a sociedade. E o quanto mais for reduzida a intervenção judicial nestas relações, melhor.

COPopular - Os governadores querem mais autonomia para os seus Estados, na Amazônia legal, querem mais autonomia para decidir questões relacionadas ao meio ambiente e regularização fundiária, o senhor conhece a região o que o senhor acha?

Gilmar Mendes - Eu não tenho juízo seguro sobre isso, certamente os governadores devem estar tentando fazer isso de maneira coordenada. O que vejo é que Mato Grosso é um estado que é bastante irresponsável no que conserve ao meio ambiente. Não posso dizer de outros estados. Então isso precisa ser olhado com muito cuidado, considerando inclusive que são estados exportadores. Portanto, temos uma sensibilidade muito grande no que diz respeito à questão ambiental. Temos como exemplo a Europa que hoje trata dessa temática com extremo rigor e vem ampliando suas exigências em relação a que a produção agropecuária e florestal sejam sustentáveis e ambientalmente corretas.

COPopular - Uma das demandas dos governadores tem sido discutida a compensação financeira pelos serviços ambientais, tanto de áreas privadas quanto de áreas da união para a preservação ambiental, como o senhor ver essa questão?

Gilmar Mendes - Isso é um debate que está muito presente a questão de venda de créditos de capital, como isso vai se dar, é um tema muito presente, muito marcante na nossa vida. Já até disse, tenho recebido vários embaixadores da comunidade Europeia ou da Europa que estão muito preocupados com essa temática, e reafirmo que é preciso encontrar também meios e modos de compensar a Amazônia [por sua preservação]; ela é significativa, tem esse significado de pulmão do mundo, mas ali também vivem trinta mi-

lhões de pessoas, que precisam encontrar a devida equação de sustentabilidade, o que se desenvolver na bioeconomia, isso vai ser considerado sempre em qualquer demanda que chegar ao STF no campo constitucional.

COPopular - Ministro, o senhor foi contra a devolução da área de divisa entre Mato Grosso e o Pará ao marco original defendido por nosso estado?

Gilmar Mendes - Não! Nós votamos de acordo com os dados que estão nos altos. Por isso agora existe uma ação rescisória que está com o ministro Barroso, se não me engano. O estado de Mato Grosso está se empenhando em que a causa seja reanalisada, isso depende da condução do processo. Não se trata de ser a favor ou contra, o magistrado julga o que está nos altos.

COPopular - A implantação da figura do juiz das garantias foi suspensa por liminar do ministro Luiz Fux, relator do processo, em 2020. Até o momento, o caso não foi julgado definitivamente pela Corte, como o senhor analisa isso?

Gilmar Mendes - Estamos indo bem. Certamente na semana que vem, ou, no máximo na outra semana, vamos alinhar isso. Defendo juiz de garantia, entendo que temos que fazer a eventuais reparos na lei, se for o caso, mas entendo que é fundamental. Acho até que é uma forma de corrigir equívocos do modelo atual.

COPopular - Houve uma operação que o STF decidiu envolver outro poder, e sempre nesses momentos há tensões entre poderes, essa operação contra o Senador Marcos do Val pode voltar colocar o STF como alvo de críticas na mesa do senado? O senador Wellington pediu para que não seja mais uma pirotecnia, o que senhor acha sobre isso?

Gilmar Mendes - De forma alguma! Não tem mais nenhum atrito entre poderes nesse momento. Por acaso era um senador que era alvo da operação, simplesmente isso, mas foram tomadas todas as medidas legais, a notificação ao chefe do poder, no caso o senador Rodrigo Pacheco, todos os avisos foram feitos, não houve publicidade disso, a não ser depois de tomando todos os cuidados. Não se trata de mais uma pirotecnia. Na verdade, é um senador que vem atuando de maneira bastante questionável. E foi isso que a polícia federal identificou, tanto é que pediu até a prisão dele.

”

AÇÃO SOCIAL

Rede Feminina de Combate ao Câncer recebe R\$ 51 mil arrecadados no bazar solidário

Entregues pela primeira-dama, Márcia Pinheiro, os recursos são resultado de dois dias de evento que ofereceu à população 5 mil peças de roupas, calçados e acessórios

Da Redação

A primeira-dama Márcia Pinheiro, juntamente com a Secretária Municipal da Mulher, Cely Almeida, repassou à Rede Feminina de Combate ao Câncer R\$51 mil arrecadados na 3ª edição do Bazar Solidário Social. A cerimônia de entrega foi realizada na quinta-feira, 22, no auditório da Secretaria Municipal da Mulher.

A entidade sem fins lucrativos, beneficiária da edição de 2023 do Bazar Solidário, existe há mais de 30 anos e é

referência no atendimento socioassistencial de pacientes carentes com diagnóstico de câncer.

A presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Maria Carmem Volpato, ressalta a importância dessa parceria da sociedade com a administração pública, onde outras pessoas possam conhecer o trabalho desenvolvido pela rede. "A rede depende desses eventos, pois somos 60 voluntários e todos os meses buscamos esses eventos para angariar recur-

Foto: Divulgação



Entrega simbólica do cheque no valor arrecadado pelo Bazar Solidário à Rede Feminina de Combate ao Câncer marca

sos e assim custear o tratamento do paciente. Essas parcerias, como o bazar, são importantes para a rede, mas são ainda mais importantes para o paciente", afirmou Maria Carmem.

O bazar registrou a presença de mais de 1,6 mil pessoas em dois dias de evento, oferecendo à população 5 mil peças de roupas, calçados e acessórios para vestuário feminino, masculino e infantil.

As peças foram vendidas a preços populares de R\$ 10 e R\$ 100, além das rou-

pas de grifes e marcas renomadas que variaram entre R\$ 199, R\$ 299 e R\$ 399. Segundo a primeira-dama, a função social do bazar é uma das marcas da ação beneficente que ocorre desde 2018.

"Estamos muito felizes com esta edição recorde proporcionada por toda a nossa equipe. Mais de 1 mil pessoas passaram por aqui, onde puderam comprar uma roupa, um calçado a preço simbólico e, conseqüentemente, contribuíram para ajudar essa nobre causa da rede fe-

minina, que realiza um trabalho incrível em Mato Grosso", destacou.

As duas primeiras edições, realizadas em 2018 e 2019, arrecadaram R\$ 19 mil e R\$ 30 mil, respectivamente. As entidades beneficiadas foram o Programa Siminina e a creche filantrópica Irmã Hylde, do bairro Novo Paraíso II. Este ano, no entanto, a expectativa foi superada, proporcionando uma maior ajuda financeira à Rede Feminina de Combate ao Câncer.

PIZZA À VISTA

Comissão da ALMT que julgará quebra de decoro de Cattani deve ser reconstituída com novos integrantes

O deputado Wilson Santos (PSD), expulso da comissão, vai solicitar recomposição total da Comissão por suspeição dos deputados Júlio Campos, Janaina Riva e Elizeu Nascimento

Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (UB), deve destituir e recompor integralmente a Comissão de Ética convocada para apurar o comportamento misógino, machistas e antiético do deputado Gilberto Cattani. O pedido para a destituição dos atuais membros da comissão deve ser apresentado esta semana pelo deputado Wilson Santos (PSD). Santos foi afastado da comissão por ter sido um dos pivôs do debate em que Cattani acabou comparando mulheres às vacas prenhas, caso que forçou a instalação da Comissão de Ética.

O parlamentar confirmou à jornalistas que os deputados Elizeu Nascimento (PL), Júlio Campos (União) e da deputada Janaina Riva (MDB) não tem isenção para julgar o processo contra Cattani. Segundo Wilson Santos, tanto

Foto: Reprodução



Janaina quanto Júlio já anteciparam seus votos a favor de penas brandas em entrevistas. Para os dois parlamentares, de fato, as atitudes do colega, apesar de "vergonhosas", não configurariam caso para cassação de mandato, caracterizando, de fato, um julgamento prévio.

Quando ao deputado Elizeu Nascimento, Wilson Santos entende que o fato de pertencer aos quadros do mesmo partido que Gilberto Cattani anula a sua participação na Comissão de Ética, pois o vínculo implicaria em corporativismo partidário. "É óbvio que, se eu me tornei suspeito por ter debatido com o [Gilberto]

Cattani em plenário questionando sua agressividade contra as mulheres, quem antecipou julgamento e é filiado ao mesmo partido que eles não poderão julgá-lo nesse processo. Por isso, vou protocolar junto à Mesa Diretora da Casa, o pedido de suspeição dos três e a recomposição da Comissão", argumentou Santos.

O deputado reconheceu que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa não prevê a vedação de participação de parlamentares do mesmo partido na Comissão de Ética a qual será submetido um correligionário seu. "O nosso regimento interno não trata do assunto, mas na

Deputado Wilson Santos (PSD) diz que membros atuais não são isentos e vai pedir a recomposição da Comissão de Ética da Assembleia para julgar falta de decoro de Gilberto Cattani (PL)

Câmara Federal, deputados do mesmo Estado e do mesmo partido que o investigado na Comissão de Ética ficam proibidos de atuar. Mas, como nosso regimento não trata do assunto, nós temos que nos espelhar na similaridade do caso, que é a Câmara Federal. Por isso, vou pedir a suspeição do Elizeu também", explicou.

Em reunião realizada no dia 21, a Comissão de Ética acatou a denúncia contra Cattani. Na mesma sessão, a CE decidiu afastar Wilson Santos por 3 votos a 2 e substituí-lo pelo suplente Diego Guimarães (Republicanos). Em caso do pedido de Santos ser acolhido pelo presidente da ALMT, a Comissão passará a ser integrada pelos deputados Paulo Araújo (PP), Dr. João (MDB) e Cláudio Ferreira (PTB).

A deputada Janaina Riva, no entanto, pediu licença do parlamento estadual e passou a presidência da Comissão de Ética para o deputado Max Russi, devendo ainda ser substituída nas demais comissões e trabalhos em plenário pelo suplente, Silvano Amaral (MDB).

Os próximos passos da Comissão de Ética será ouvir a acusação, no caso, a Defensoria Pública e a OAB, o que deve ocorrer nos próximos dias. Caberá ao corregedor da CE definir as dadas para as oitivas da acusadora e da defesa de Cattani.

Cattani vinha realizando uma série de declarações polêmicas e gravou vídeos no qual ironiza fala sobre mulheres. Publicação mais recente do parlamentar ganhou espaço nas redes sociais. No vídeo, deputado bolsionista aparece se desculpendo com vacas em tom de ironia após fala anterior na qual comparou a gestação de mulheres com a dos bovinos.

RIO CUIABÁ
LIVRE DE HIDRELÉTRICAS!
A LUTA CONTINUA!



DEIXANDO LEGADO

Governo Mauro Mendes pode entrar para história de Mato Grosso como a melhor gestão da atualidade

Mauro Mendes elevou o nível do estado destacando avanços e objetivos para as principais áreas do Governo durante a gestão

Lucas Leite | Da Redação

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União), vem elevando cada dia mais o nível do estado, e pode entrar para história, como a melhor gestão da atualidade.

Pesquisa realizada pelo Instituto Percent Brasil, mostrou que o primeiro mandato do governador Mauro Mendes foi aprovado por 81,2% da população várzea-grandense. Segundo os dados, 55,6% consideram a gestão boa; 21,6%, regular; e 4% ótima. Outros 10,6% consideraram ruim e 6,4% péssimas. Os que não souberam ou não responderam somaram em 1,8%.

Isso apenas motivou Mendes a trabalhar ainda mais pela população mato-grossense, assim sendo reeleito com 1.114.549 votos, que chega a representar 68,45% dos eleitores.

Mauro Mendes, destaca o grande volume de investimentos na cidade como um fator determinante para essa boa avaliação. No total, o Governo do Estado já aplicou mais de R\$ 1 bilhão em investimentos para Várzea Grande desde o início da atual gestão.

As ações do Governo em Mato Grosso contemplaram todas as áreas. Na Saúde, por exemplo, foi ampliado e reformado o Hospital Metropolitano; na Educação, 20 escolas receberam reformas, reparos, manutenção e adequações, uma escola nova está com construção em andamento, duas em licitação e outras seis devem ser ampliadas e reformadas.

A Infraestrutura também merece destaque com a entrega da duplicação da Avenida Filinto Müller, do asfalto novo em 61,17 mil m² da Avenida Universitária, no bairro Jardim do Sol, e nos 13,4 km da MT-351, que permite o acesso aos distritos de Capão, Aguaçu e Limpo Grande.

A construção de uma ponte sobre o Rio Cuiabá, com 320 metros de extensão, entre o Parque do Lago (Várzea Grande) e Parque Atalaia (Cuiabá); além da pavimentação e recuperação asfáltica de 60 km em ruas de 20 bairros, em parceria com a Prefeitura.

O grande volume de obras e ações também ocorre nas demais áreas, como Segurança, Assistência Social e Cultura, Esporte e Lazer.

Durante o seu segundo mandato o governador Mauro Mendes garantiu a continuidade



Para colocar Mato Grosso nos eixos, Mauro Mendes pediu à Assembleia Legislativa a autorização para fazer um empréstimo de US\$ 332 milhões

da parceria com os deputados estaduais para "aumentar o nível de eficiência em todos os serviços" prestados pelo Estado.

Mauro Mendes apresentou aos deputados um resumo impresso contendo as principais entregas realizadas nos últimos quatro anos, e adiantou as metas desse segundo mandato.

De acordo com o governador, a principal meta dessa nova gestão será aumentar "de forma obsessiva" a eficiência em todas as áreas, e isso só será possível com apoio da Assembleia.

Em seu primeiro mandato, Mendes, enfrentou diversas dificuldades, que após 16 dias assumir o governo, Mendes decretou estado de calamidade financeira em Mato Grosso, alegando que teria que pagar dívidas deixadas pela administração anterior, estimadas em R\$ 4 bilhões.

Entre as medidas tomadas pelo governador, está a suspensão do pagamento de horas extras, exceto aos profissionais da segurança e da saúde; critérios de convocação para a prestação de serviços extras dos servidores; suspensão da tramitação de processos para a reestruturação e revisão de planos de cargos, carreiras e vencimentos, que impliquem em aumento da despesa de pessoal; além da proibição de



Virgínia Mendes é um dos pontos fortes que vem fazendo um considerável trabalho de fim social no estado de Mato Grosso

afastamento de servidores públicos para realização de cursos de aperfeiçoamento ou outros que demandem substituição.

Com o decreto, o Poder Executivo pode adotar medidas para a redução de despesas em todas as áreas — o foco está na parte de folha de pagamento de pessoal.

Para colocar Mato Grosso nos eixos, Mauro Mendes pediu à Assembleia Legislativa a autorização para fazer um empréstimo de US\$ 332 milhões. Com o projeto aprovado, o governador sancionou a lei.

A proposta do governo, aprovada pela Assembleia Legislativa, é trocar de credor da dívida e gerar uma economia de quase R\$ 800 mi-

lhões nos cofres públicos, já que o Banco Mundial oferece o empréstimo com juros de 3,5% ao ano e um prazo de 20 anos para pagar.

A diferença é que hoje o estado paga duas parcelas ao ano de R\$ 140 milhões, com prazo é até 2022. Com o novo empréstimo, o prazo é estendido para 2039, com pagamentos mensais de pouco mais de R\$ 1,6 milhão. Os juros caem dos atuais 5% para 3,5% ao ano.

A operação de crédito tem dois objetivos principais: devolver sustentabilidade fiscal ao estado e aumentar a capacidade institucional para a agricultura sustentável, conservação florestal e diminuição dos problemas causados pelas mudanças climáticas.

De acordo com o governador, essa economia será importante para o reequilíbrio das nossas contas e, principalmente, para ajudar a quitar uma enorme cadeia de fornecedores que estão hoje em atraso por inadiplência do estado.

Hoje, Mauro conta com uma equipe em sua gestão que vem trabalhando muito para obter resultados positivos. O vice-governador, Otaviano Pivetta, tem ajudado o governo a caminhar na direção certa. O secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, vem sendo um exemplo de gestor econômico, fazendo com que o estado evolua ainda mais.

Virgínia Mendes é um dos pontos fortes que vem fazendo um trabalho social no estado de Mato Grosso, trazendo para a população, um pouco mais de amor, respeito e igualdade. Mesmo passado por diversos problemas de saúde, a primeira-dama, nunca se nega a trabalhar. Criando programas que mudou a vida de várias famílias e continuará mudando durante essa gestão.

Conheça os Programas do SER Família:

O Programa SER Família, idealizado pela primeira-dama de Mato Grosso, Virgínia Mendes, é gerenciado pela Secretaria Adjunta de Programa e Projetos Especiais e Atenção à Família da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc). A iniciativa consiste na distribuição de cartões que atenderão grupos específicos e também famílias em situação de vulnerabilidade social. Já beneficiou aproximadamente 50 mil famílias em todo o Estado, sendo cerca de 8 mil apenas na capital.

Além de o programa SER Família, a primeira-dama idealiza também os programas; SER Família Aconchego, SER Família Capacita, SER Família Criança, SER Família Emergencial, SER Família Habitação, SER Família Inclusivo, SER Família Idoso, SER Família Indígena, SER Família Mulher, SER Família Sensorial.

DEU CHABÚ

Impopularidade e processos judiciais detonam pré-candidatura à prefeitura de Cuiabá de Fábio Garcia

Deputado federal vê seus planos de suceder Emanuel Pinheiro (MDB) afundar na falta de apoio popular, divergências no próprio partido e nos riscos dos processos que tramitam na Justiça

Da Redação

A pré-candidatura do deputado federal Fábio Garcia (UB) à prefeitura de Cuiabá já é considerada um fracasso pelos observadores da política na capital. O parlamentar não tem conseguido furar a própria bolha palaciana que o envolveu e que o tem mantido longe do consenso necessário dentro do próprio partido. Outra dificuldade para o deputado fazer decolar seu projeto eleitoral é a sua total falta de conexão com as camadas populares dos cidadãos cuiabanos.

Para se ter uma ideia da impopularidade de Garcia, basta pegar os dados das últimas pesquisas sobre a sucessão municipal. Em todas as pesquisas realizadas até o momento, o deputado nunca ultrapas-



Deputado Federal Fábio Garcia (UB): Mais de 70% dos eleitores cuiabanos nunca ouviram falar no parlamentar, seu nome não agrega o próprio partido e processos judiciais podem comprometer seu futuro político

sou o índice de 5% da preferência entre os eleitores consultados.

Nascido em uma família de políticos — é neto do ex-governador Garcia Neto e sobrinho do ex-prefeito de Cuiabá, Rodrigues Palma — ainda assim o deputado amarga o fato de ser um "estranho no ninho" em sua cidade natal. As pesquisas indicam que nada menos que 70% a 85% dos cuiabanos nunca ouviram sequer falar no nome do deputado federal.

Em contrapartida, nomes como os do deputado estadual Eduardo Botelho, do mesmo partido de Garcia, e do atual vice-prefeito cuiabano, José Roberto Stopa (PV), que também estão em campo para viabilizarem suas candidaturas ao Palácio Alencastro, são extremamente populares, notadamente entre os moradores da periferia onde se concentra o maior contingente eleitoral, e já figuram nas pesquisas na casa dos dois dígitos. Outros pré-candidatos como os do de-

putado estadual Lúdio Cabral (PT) e o deputado federal, Abílio Brunini Júnior (PL) igualmente são mais bem cotados pelos eleitores e estão na frente de Fábio Garcia.

Para complicar ainda mais a situação de Garcia em sua articulação política, o parlamentar ainda tem que se preocupar com uma série de processos judiciais que o arrastam para o fundo como âncoras políticas consideráveis. Entre os muitos processos que responde no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), existem aqueles que podem inviabilizar até o futuro político de Fábio Garcia.

O deputado é acusado, por exemplo, de esbulho possessório de terras da união em Santo Antonio de Leverger (33 km de Cuiabá). Há dois anos, Fábio Garcia foi acusado pela Associação Terra Nova Agricultura Familiar e pela União Camponesa Nacional de, em conjunto com outros familiares, grilar uma área da União até então ocupada por sem-terras, e incorporá-la à Fazenda 8 de Dezembro, com 2.400 hectares, onde mantém um rebanho de pouco mais de 500 cabeças de gado bovino.

Na área em litígio, pertencente à União segundo dados de georreferenciamento e outros documentos em posse dos sem-terra e destinada à Reforma Agrária, viviam 100 famílias de pequenos agricultores. No entanto, os assentados foram despejados por meio de uma medida de reintegração de posse obtida pelo deputado junto a 2ª Vara Especializada em Direito Agrário em Cuiabá, conforme a denúncia, graças às influências políticas dos Garcia junto às esferas políticas e judiciárias do estado.

Com a denúncia do esbulho possessório e turbação de propriedade da União, a ação deve passar à esfera da Justiça Federal, trazendo maiores complicações para o já "enrolado" parlamentar.



Frases SER FELIZ É UMA ESCOLHA DIÁRIA...

A EMPRESÁRIA ZILDA ZOMPERO ESTEVE NA COMEMORAÇÃO DOS 35 ANOS DA BPW CURITIBA. CONFIRA.



GOLPE DO LATIFÚNDIO

Assentamento “privatizado” por latifundiários em Mato Grosso será retomado pelo Incra

Ação impetrada na Justiça Federal visa retomar área do Assentamento Itanhangá, no norte do estado, avaliada em mais de R\$1 bilhão, transformada em latifúndios em esquemas criminosos de expulsão e compra forçada de lotes de assentados

Da Redação

O Projeto de Assentamento da Reforma Agrária Itanhangá, instalado no município de Tapurah (429 km de Cuiabá), vai ser retomado em grande parte pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O assentamento, que teve mais de 90% de sua área de 115.035,00 hectares literalmente transformado em grandes fazendas por grupos formado por cerca de 80 grandes produtores rurais e grileiros profissionais, é alvo de uma Ação Judicial impetrada na Justiça Federal para reintegração de posse em favor da União por meio do Incra. O processo foi protocolado no último dia 18 em Cuiabá.

A ação é resultado do trabalho em equipe realizado pela Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia Geral da União (AGU) com base em investigações realizadas pela Polícia Federal ao longo de 10 anos a partir da Operação Terra Prometida. As investigações que apurou vários tipos de crimes no Projeto de Assentamento Itanhangá foi deflagrada em 2010 e culminou, em novembro de 2014, na Operação Terra Prometida.

A partir de então, a PF seguiu as apurações e descobriu o envolvimento de 80 fazendeiros e mais de uma dezena de servidores do Incra num engenhoso esquema de fraudes para a transferência de mais de 1.000 lotes do PA Itanhangá para a propriedade e posse de grupos familiares de grandes latifundiários e grileiros.

O Projeto de Assentamento Itanhangá, quando foi lançado em 1995, recebeu cerca de 1.140 famílias de trabalhadores rurais sem terra que estavam acampados em vários locais em Mato Grosso. Desde então, a maioria absoluta dos integrantes do grupo assentado deixou seus lotes. Conforme apurou a Polícia Federal,



Reforma Agrária inutilizada em MT: Um dos maiores assentamentos rurais de sem-terras em Mato Grosso se transformou em mais um latifúndio em menos de uma década por meio de esquemas de fraudes e corrupção de fazendeiros e grileiros



O Incra, sob novo comando, está agilizando os processos para retomar todas as terras de assentamentos que foram parar nas mãos de grileiros e ou latifundiários

atualmente, somente 10% dos assentados originais permanecem na área. Mais de mil lotes, portanto, já teriam sido incorporados por grandes fazendeiros de forma ilegal.

Conforme a Polícia Federal, os latifundiários usaram basicamente dois métodos criminosos para se apossaram da área do PA Itanhangá desde a sua fundação. O mais recorrente foi o esquema de aliciar o assentado para que cedesse seu direito de posse para o fazendeiro ou seus laranjas mediante ofertas generosas de dinheiro.

No segundo método mais comum usado era o de pressionar de várias formas o assentado para que deixasse seu lote ou a se tornasse ele mesmo um “laranja” do fazendeiro, man-

tendo assim seu nome como 'dono' da área, mas assinando papéis que repassavam esse direito para o latifundiário até poder entregar a terra no momento que fosse oportuno.

Durante a investigação, a Polícia Federal se deparou com vários casos de violência cometida contra assentados. Muitos acabaram perdendo suas terras ao se afastarem do assentamento para tratar algum problema de saúde, pois quando retornavam à área, ela já estava ocupada por estranhos, sofriam então ameaças e eram expulsos. Nesses casos, os lotes eram declarados vagos e ou abandonados junto ao Incra e – com a conivência de servidores do órgão – eram imediatamente ocupados pelos grileiros ou diretamente incorpo-



Operação Terra Prometida: Servidores do Incra envolvidos em esquema de usurpação de lotes em Assentamentos estão sendo processados

rados pelos fazendeiros latifundiários como suas propriedades.

A PF descobriu que as ilegalidades eram acobertadas com a obtenção de documentos falsificados e vistorias fraudadas. Além disso, com a participação de alguns servidores do Incra, o grupo conseguia inserir informações falsas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) – o que permitia a grandes latifundiários e grupos de agronegócio, inclusive empresas multinacionais, ocuparem as terras da União.

Com o esbulho da maior parte do assentamento, transformado em grandes propriedades rurais, a reserva legal de floresta da área foi quase toda destruída. Na região do PA Itanhangá, a área de reserva legal é de 80% do lote demarcado para cada assentado. No entanto, agora menos de 20% da reserva legal segue de pé, todo o resto foi desmatado e transformado em lavouras de monocultura (soja, milho e algodão).

Os envolvidos nos esquemas e denunciados na ação judicial do Incra responderão, na medida de suas responsabilidades, por crimes de invasão de terras da União, contra o meio ambiente, falsidade documental, estelionato e corrupção ativa e passiva. As penas podem chegar a até 12 anos de reclusão, além de serem obrigados a pagar multas milionárias.

OUTROS CASOS

Esta deve ser apenas a primeira de várias outras ações de recuperação de áreas de assentamentos tomadas por latifundiários e grileiros em Mato Grosso. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal conduzem investigações sobre casos semelhantes em assentamentos em várias regiões do estado, como ocorre no PA 12 de outubro em Cláudia, no Assentamento Piracicaba, em Confresa, e outros localizados em Colniza, União do Sul, Itanhangá e Ipiranga do Norte.

“O novo desafia e impulsiona a política”, defende Blairo Maggi

O ex-governador do MT defende a ideia de uma nova liderança na AMM, citando o exemplo do prefeito Leonardo Bortolin

Da Redação

Blairo Maggi, ex-governador de Mato Grosso, ex-senador e ex-ministro, sempre foi um defensor inabalável da renovação na política. Nessa semana, em entrevista, ele expressou claramente a sua opinião em relação à atual disputa presi-

dencial na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM).

“O desafio do novo é o que impulsiona a política”, afirmou Maggi, destacando que é absolutamente contra a permanência prolongada de um indivíduo no poder. “Tem que

ser no máximo um ou dois mandatos e chegar”, complementou.

Em um confronto marcado pela disputa entre continuidade e renovação, a eleição na AMM reflete este dilema. De um lado, Neurilan Fraga, o ex-prefeito de Nortelândia, na presi-

NOVA LIDERANÇA



“O desafio do novo é o que impulsiona a política”, afirmou Maggi, destacando que é absolutamente contra a permanência prolongada de um indivíduo no poder

dência da AMM há 12 anos, buscando seu quinto mandato consecutivo. Do outro, Leonardo Bortolin, o atual prefeito de Primavera do Leste, encabeça a oposição, desafiando a tentativa de Fraga de se perpetuar no cargo.

Maggi, evidenciando a necessidade de mudança, falou sobre Fraga: “Não é nada pessoal. Neurilan foi meu companheiro na política, estivemos juntos em vários palanques, mas o fato é que ele nem é mais prefeito. Ele tem que deixar que os prefeitos conheçam seus problemas e busquem soluções com novas ideias. O ímpeto do novo é bastante importante para a política, para a administração e para a própria vida”.

Para o ex-governador de Mato Grosso, os prefeitos devem buscar novas lideranças e ideias. De acordo com ele, o prefeito de Primavera do Leste vem se destacando como uma alternativa refrescante na política mato-grossense e, particularmente, para a presidência da AMM. De acordo com Maggi, “os prefeitos devem se reunir em torno de novas ideias e lideranças. Pode ser o prefeito Léo, que já está mais adiantado nesta disputa, ou qualquer prefeito que represente a renovação, gente nova com disposição para lutar”, finalizou.

Depois

Após 1 ano do procedimento.

Resultado de 2 sessões de camuflagem sem tinta.

Resumindo Resultado permanente!

Antes

Estrias de gestação

Nesta foto é possível ver que as estrias estavam bem escuras e grossas.

Você também quer ter esta experiência?

Agende sua avaliação

65 9902-9533

Camuflagem Estética

BIG BROTHER URBANO

Cuiabá ganha mais 3.932 câmeras de vigilância do programa Vigia Mais MT

Os investimentos chegaram a R\$5,6 milhões e vão reforçar o sistema de segurança pública na Capital coordenado pelo Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp)

Da Redação

O sistema de vigilância eletrônica anti-crime em Cuiabá está ganhando um grande reforço. Já começaram a ser instaladas em pontos estratégicos da Capital, mais 3.932 câmeras fixas e dos modelos speed domes e OCRs que permitem a leitura de placas de veículos, posicionadas nos pontos identificados como mais críticos da cidade com objetivo de oferecer mais segurança à população.

Entre os locais que passarão a contar com um reforço na vigilância eletrônica estão o Mercado do Porto, Shopping Popular, Associação de Empresários do Distrito Industrial, as Secretarias de Estado de Educação (Seduc) e de Infraestrutura (Sinfra), e o Grupo Bom Futuro, entre outros que aderiram ao projeto executado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp).

No Mercado do Porto, por exemplo, um dos pontos mais tradicionais de Cuiabá e onde mais de 100 mil pessoas passam mensalmente, serão 21 câmeras distribuídas entre os pontos de entrada, estacionamento e ruas laterais.

O presidente da Associação do Mercado do Porto, Jorge Antônio Lemos Júnior, revela que o



O programa Vigia Mais MT, do Governo de Mato Grosso, pretende expandir a instalação de câmeras de vídeo em pontos estratégicos das cidades com os maiores índices de violência e criminalidade

local, que existe há 28 anos, conta com três câmeras de monitoramento. Por isso os comerciantes ficaram ansiosos com o programa do Governo de Mato Grosso, que vai dar mais tranquilidade para quem circula e trabalha no local.

"Todos os comerciantes reagiram com muita satisfação, pois as câmeras darão uma segurança a mais para nós, feirantes, assim como para os clientes e turistas", observa. As câmeras instaladas no local serão integradas ao sistema do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp), ainda neste mês.

O coordenador do Ciosp, delegado Cláudio Álvares, lembra que o programa Vigia Mais MT foi lançado pelo governador Mauro Mendes e pelo secretário de Segurança Públi-

ca, coronel César Augusto Roveri, no mês de março, quando o projeto foi apresentado a prefeituras e entes privados.

Em um segundo momento, a Sesp começou a receber e analisar as documentações para que, então, fosse formalizado um termo de cooperação. Só então foram entregues os equipamentos, que devem ser instalados sob responsabilidade do parceiro. Após a instalação das câmeras, o Ciosp terá acesso a todas imagens captadas.

"O Ciosp é cérebro do projeto e terá acesso a todas as câmeras, assim como outros órgãos de segurança de cada cidade também terão. No caso de ente privado, ele tem acesso a todas câmeras fornecidas para ele, naquele ponto específico", observa o coordenador.

De acordo com o secretário de Segurança Pública, os critérios para definição do número

de câmeras destinadas a cada município levam em conta a população, renda per capita e os índices criminais.

Já os pontos de instalação são definidos a partir de estudo e análises de dados criminais, e planos de ações estratégicas feitos pelos órgãos de segurança pública – Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil e Corpo de Bombeiros.

Podem se habilitar ao programa Vigia Mais MT entes públicos, privados, pessoas físicas, jurídicas, órgãos, entidades, conselhos, associações comerciais da administração pública federal, estadual e municipal, além de consórcios públicos intermunicipais.

Ao todo, serão distribuídas 15 mil câmeras em Mato Grosso, por meio do investimento total de, aproximadamente, R\$ 30 milhões. O Estado oferta gratuitamente os equipamentos, incluindo nobreaks, switch e armários, enquanto aos municípios cabem os custos da instalação e manutenção dos equipamentos.

Programa Vigia Mais MT

O Programa Vigia Mais MT foi criado no Estado de Mato Grosso no dia de 24 de maio de 2022, através da Lei nº 11.766, que prevê o acesso e a captação de imagens de vigilância e segurança eletrônica, pertencentes a entes públicos ou privados, por meio de plataforma operacional dirigida.

O programa tem por finalidade a cooperação técnica e operacional entre o Estado, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública, na ampliação do sistema de videomonitoramento para locais onde já exista ou possa haver a cessão de uso de dispositivos de captação de imagens por entes públicos ou privados.

As informações geradas pelas câmeras auxiliam no planejamento da ação policial, facilitando a análise e a tomada de decisões estratégicas e operacionais, gerando resultados positivos para redução da criminalidade e otimização de recursos.

**O FIM DA
 VIOLÊNCIA
 NAS ESCOLAS
 COMEÇA COM O**

**circulo
 DE
 PAZ**



O Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por meio do Núcleo Gestor da Justiça Restaurativa (NUGJUR), está estimulando a política pública de pacificação social por meio dos Círculos de Construção de Paz nas escolas. O programa oferece diálogo qualificado onde todos podem falar e ser ouvidos, permitindo, assim, a prevenção de conflitos e o fortalecimento dos laços entre alunos, professores e familiares.

A sua escola também pode fazer parte deste movimento circular pela paz.

É hora do ciclo de violência dar lugar ao Círculo de Paz. (65) 99222-9757 SOMENTE MENSAGENS

Iniciativa: **PODER JUDICIÁRIO
 ESTADO DE MATO GROSSO**

Apoio: **ALMT
 Assembleia Legislativa**